

## **EDUCAÇÃO INTEGRAL: A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO NATAL/RN/BRASIL**

Márcia Soraya Praxedes da Silva

[praxedesmar@gmail.com](mailto:praxedesmar@gmail.com)

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

No contexto brasileiro, têm sido formuladas concepções e práticas de Educação Integral alicerçadas na ampliação da jornada escolar, desde o início do século XX, visando à necessidade de reestruturar a escola para responder aos desafios de seu tempo histórico.

Reconhecendo a necessidade de mudanças qualitativas na educação, no tocante a melhoria da aprendizagem dos nossos alunos, realizamos a pesquisa na rede municipal de ensino de Natal/RN, objetivando uma reflexão sobre a Educação Integral, a partir da análise da implementação do Programa Mais Educação, tendo em vista que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB da nossa rede de ensino, nos últimos anos, tem sido muito abaixo da média nacional.

O plano educacional no Brasil, século XXI, apresenta um panorama bastante complexo: de um lado, as escolas dispendo de vários modelos de processos de ensino-aprendizagem e buscando pelo mais eficiente; de outro, resultados insatisfatórios nas provas internacionais e nacionais de aferição do conhecimento, demonstrando a incontestável dificuldade de aproveitamento das capacidades intelectuais, sociais, psicomotoras e culturais dos alunos desde os primeiros anos de escolaridade.

Os primeiros anos de escolarização são fundamentais no processo de ensino e aprendizagem, considerando que é nessa fase que surgem potencialidades extraordinárias. Portanto, torna-se essencial, que sejam dispensados esforços e atenção ao processo educativo, evitando perdas e danos ao indivíduo em seu processo de crescimento intelectual, afetivo e social.

Dados sobre evasão e repetência do sistema público de ensino (Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, 2007), revelam que a permanência da criança na escola, bem como o seu sucesso, configuram-se, ainda, em metas a serem alcançadas. Esses dados são por demais preocupantes, sobretudo se considerarmos a universalização do ensino, ou seja, que 97% das crianças com idades entre 7 e 14 anos estão matriculadas no Ensino Fundamental.

Vale salientar que com a universalização do ensino, às camadas populares, menos favorecidas economicamente e distanciadas dos padrões culturais valorizados pela escola, tiveram um maior acesso às salas de aula. No entanto, apesar dessa realidade, que demonstra uma aparente igualdade, há que se perceber a diversidade existente na vivência de cada um: se espera resultados positivos, mas pouco se oferece para a superação de suas dificuldades.

A escola - seja ela pública ou privada, tradicional ou moderna - é a instituição efetivamente destinada à transmissão sistemática dos conhecimentos. O conhecimento é, portanto, o objeto privilegiado de sua ação. Dessa forma, é de responsabilidade da escola, a promoção de um ensino capaz de desenvolver uma aprendizagem significativa, que contribua para o desenvolvimento integral de seus alunos, alicerçado sob a base dos contextos socioculturais aos quais estão inseridos e se desenvolvem.

Entretanto, mesmo a escola sendo um lugar central, de referência, não tem cumprido sua função de ensinar tudo o que uma pessoa precisa aprender. Não se pretende, nessa afirmação, fazer uma crítica à escola, muito menos desvalorizá-la. Pelo contrário, o objetivo é pensar e refletir a escola em sua relação estreita com o mundo, bem como com a

sociedade vista de modo abrangente. São essas relações que possibilitarão os diálogos e as parcerias que a escola pode realizar com outras instâncias de ensinam, sinalizando para o desenvolvimento da Educação Integral.

Vale ressaltar que a Educação Integral nasce pensada e concretizada de variados modos e a partir de diferentes concepções, todas elas, sem dúvida, devedoras do entusiasmo e da ousadia do educador Anísio Teixeira e herdeiras das contradições inerentes aos projetos de mudança mais arrojados.

Anísio Teixeira, Paulo Freire e Fernando de Azevedo formaram o trio de pensadores brasileiros que, nos anos de 1930, voltou dos Estados Unidos imbuído das ideias de John Dewey, que, em suas ideias, defendia que as pessoas aprendiam melhor com a vivência prática e que as necessidades dos alunos deveriam ser supridas pela escola. Defendia ainda, que a escola deveria trabalhar sem disciplinas fixas, pois a vida não é compartimentada, mas formada por um todo indivisível.

Com base nesses ideais, Anísio Teixeira fundou em 1950, em Salvador-BA, o Centro Educacional Carneiro Ribeiro – Escola Parque, um marco na história educacional do Brasil. O projeto tinha por objetivo complementar o currículo formal do ensino fundamental com atividades diversificadas, permitindo ao aluno a oportunidade de participar de um conjunto de experiências esportivas, artísticas e recreativas, além de incluir atividades relacionadas com a saúde e de garantir atendimento médico-odontológico.

Influenciado pelas ideias ousadas de Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro implementou os Centros Integrados de Educação Pública - CIEPS, na década de 80, no Rio de Janeiro. Os CIEPS atendiam os alunos em tempo integral, sendo um turno para as atividades escolares formais e o outro para a vivência em atividades diversas, como esporte e recreação, leitura de livros e revistas, entre outras atividades culturais.

Segundo Darcy Ribeiro, uma escola popular deveria atender a três requisitos:

... “espaço”, para a convivência e as múltiplas atividades sociais durante todo o período da escolaridade; “tempo”, indispensável à realização de múltiplas atividades educativas – de outro modo, inalcançáveis –, tais como as horas de estudo dirigido, a frequência à biblioteca e à videoteca, o trabalho nos laboratórios, a educação física e a recreação; e a “capacitação de professores” (RIBEIRO, 1995).

A formação continuada dos professores é o elemento central em qualquer política que vise melhorar a qualidade da educação. Não se pode pensar na realização de um trabalho de qualificação na educação, sem uma formação intensa e continua de seus professores.

A continuidade das iniciativas e dos projetos de Educação Integral ao longo da história educacional, não renderam frutos e gradativamente foram se descaracterizando. Apesar de haver uma grande variedade de conceitos sobre a Educação Integral, podemos afirmar que, atualmente, ela é considerada uma ação estratégica para garantir atenção e desenvolvimento integral a crianças e jovens, sujeitos de direito que vivem uma contemporaneidade marcada por intensas transformações e exigência crescente de acesso ao conhecimento. Caracteriza-se, não somente pela ampliação do tempo de aprendizagem, mas também na ampliação de espaços e oportunidades educativas que qualifiquem o processo educacional e melhorem o aprendizado dos alunos. Não se trata, portanto, da criação ou recriação da escola como instituição total, mas da implicação e da articulação dos diversos atores sociais que já atuam na garantia de direitos de crianças e jovens na corresponsabilidade por sua formação integral (SECAD/MEC, 2008, p. 1).

Para Rios (2006, p. 52),

O termo “Educação Integral” é um pleonismo. A educação ou é integral ou ela não pode ser chamada de educação de verdade. A educação terá de levar em consideração todos esses elementos: tornar a pessoa inteira; sempre tendo a

possibilidade de se completar, de se transformar. Penso que o que nos faz humanos é essa capacidade de projetar, de sonhar, de olhar para frente etc. Projeto é isso mesmo: “projeto”, lançado à frente. E é isso que temos como seres humanos. Conseguimos nos transformar exatamente a partir desses projetos que fazemos.

Tradicionalmente, o conceito de Educação Integral considera o indivíduo não apenas na dimensão cognitiva, mas também em sua condição multidimensional, na compreensão de um indivíduo que é corpóreo, que tem afetos e que está inserido num contexto de relações sociais. Assim sendo, destaca-se o papel central que a educação exerce no desenvolvimento do ser humano. Conforme Gatti (apud GUARÁ, 2006, p. 16),

O que se observa nas discussões de vários autores, especialmente os clássicos da Pedagogia, é que, quando se fala em educação integral, fala-se de uma concepção de ser humano que transcende as concepções redutoras que hoje predominam na educação, por exemplo, as que enfatizam apenas o homem cognitivo ou o homem afetivo. A integralidade da pessoa humana abarca a intersecção dos aspectos biológico-corporais, do movimento humano, da sociabilidade, da cognição, do afeto, da moralidade, em um contexto tempo-espacial. Um processo educativo que se pretenda “integral” trabalharia com todos esses aspectos de modo integrado – ou seja – a educação visaria à formação e ao desenvolvimento humano global e não apenas ao acúmulo informacional.

Desse modo, a concepção de Educação Integral agrega-se à ideia filosófica de homem integral, realçando a necessidade de desenvolvimento integrado de suas faculdades cognitivas, afetivas, corporais e espirituais, além de resgatar, como tarefa prioritária da educação, a formação do homem compreendido em sua totalidade, tendo em vista a sua participação na sociedade.

Numa definição mais prática, a Educação Integral é a que oportuniza a crianças e jovens aprenderem com mais autonomia, saberem tomar decisões, buscarem melhor qualidade de vida, construir relações afetivas saudáveis e se reconhecerem como sujeitos ativos e participantes. Enfim, a Educação Integral é uma educação transformadora. Os modos de organizar e de proporcionar a Educação Integral a crianças e jovens podem ser variados, entretanto não se pode perder de vista a concepção de Educação Integral. Essa concepção será o pano de fundo que fundamentará a execução desse tipo de educação, seja na concepção de desenvolvimento integral da personalidade do educando, seja na ampliação de tempo e espaço, seja, ainda, na articulação da escola com outros espaços de aprendizagens, governamentais ou não governamentais.

A concepção de Educação Integral proposta pelo Programa Mais Educação, consiste, não só na ampliação de tempos e espaços escolares, mas, sobretudo, no desenvolvimento integral da personalidade do educando – em seus aspectos cognitivo, afetivo, psicomotor e social.

Essa é a concepção defendida pelo Programa Mais Educação, experiência de Educação Integral do Governo Federal, implementada na rede municipal de ensino da cidade do Natal – RN, desde o ano de 2008.

Instituído pela Portaria Normativa Interministerial nº 17/2007, o Programa

[...] tem como prioridade contribuir para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, articulando, a partir do projeto escolar, diferentes ações, projetos e programas nos Estados, Distrito Federal e Municípios por meio da ampliação de tempos e espaços educativos através de atividades no campo das Artes, Cultura, do Esporte, do Lazer, da Inclusão Digital, das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), Tecnologia de Aprendizagem e Convivência (TAC), da Saúde, etc., articuladas com os projetos político-pedagógicos das redes/sistemas de ensino e das escolas.

Além do Ministério da Educação, fazem parte também os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ciência e Tecnologia, Esporte, Meio Ambiente, Cultura e a Secretaria Nacional da Juventude.

Com essa iniciativa, o Governo Federal objetiva contribuir efetivamente para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio da articulação de ações, de projetos e de programas do Governo Federal e suas contribuições às propostas, visões e práticas curriculares das redes públicas de ensino e das escolas, alternando o ambiente escolar e ampliando a oferta de saberes, métodos e processos e conteúdos educativos.

A educação integral constitui ação estratégica para garantir atenção e desenvolvimento integral às crianças, aos adolescentes e jovens, sujeitos de direito que vivem uma contemporaneidade marcada por intensas transformações e exigência crescente de acesso ao conhecimento, nas relações sociais entre diferentes gerações e culturas, nas formas de comunicação, na maior exposição aos efeitos das mudanças em nível local, regional e internacional. (MEC/2008).

O Programa Mais Educação tem por base legal a Constituição Federal de 1988; a LDB n. 9.394/96; o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, o Plano Nacional de Educação e a Lei n. 10.172 (Diretrizes do Ensino Fundamental).

A área de atuação do Programa abrange as capitais, as regiões metropolitanas, os territórios de vulnerabilidade social/zonas prioritárias de ação socioeducativa e as escolas que apresentam os menores Índices de desenvolvimento da Educação Básica - IDEB.

Em 2008, na rede municipal de ensino de Natal/RN, as 17 escolas que aderiram ao Programa, foram selecionadas pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD/MEC. Em 2009 foram selecionadas 26 escolas; em 2010, 8; em 2011 foram contempladas 5 escolas mas não houve adesão e em 2012 a adesão de mais 2, totalizando 53 escolas. Tais escolas apresentavam o IDEB abaixo da média nacional e se encontravam em lugar de grande vulnerabilidade social. Ver o quadro a seguir.

<b>ESCOLA</b>	<b>IDEB 2005</b>	<b>IDEB 2007</b>	<b>IDEB 2009</b>
E.M. Amadeu Araújo	3,5	3,6	3,1
E.M. Celestino Pimentel	3,1	3,6	3,1
E.M. Chico Santeiro	2,8	3,4	3,4
E.M. Estudante Emmanuel Bezerra	2,6	3,9	3,8
E.M. Francisco de Assis Varela Cavalcanti	1,3	1,7	0,5
E.M. Irmã Arcângela	3,0	3,5	3,8
E.M. João Paulo II	2,6	3,9	3,3
E.M. Juvenal Lamartine	2,5	2,8	3,4
E.M. Nossa Senhora das Dores	2,5	3,0	3,0
E.M. Otto de Brito Guerra	0,8	---	---
E.M. Profa. Almerinda Bezerra Furtado	2,3	3,0	2,9
E.M. Profa. Malvina Cosme	2,6	3,4	3,7
E.M. Profa. Josefa Botelho	2,6	2,8	3,5
E.M. Profa. Francisca Ferreira	2,4	3,3	3,1
E.M. Prof. José de Andrade Frazão	2,8	3,3	3,4
E.M. Prof. José do Patrocínio Pereira Pinto	2,8	3,9	3,0
E.M. São Francisco de Assis	3,9	3,9	---

Quadro 2: IDEB das Escolas Municipais participantes do Programa Mais Educação em 2008 - Ensino Fundamental – Anos Iniciais

IDEB Natal – Rede Municipal de Ensino: 2005 (2,3) – 2007 (3,7) – 2009 (3,7)

Fonte: SME (2012)

Considerando o resultado do IDEB nos anos de 2007 e 2009, a análise dos números aponta que, das 17 participantes, um ano após o início do Programa, 6 atingiram um IDEB maior no ano de 2009; 10 permaneceram no mesmo patamar ou diminuíram e 2 não participaram das avaliações posteriores, porque deixaram de ofertar o 5º ano. Mesmo as escolas que avançaram, apresentando um melhor IDEB, ainda ficaram abaixo da média nacional, ou seja, 3,8.

É importante ressaltar, que com o Programa nas escolas, o tempo de permanência e de atividades escolas das crianças aumentou 3 horas por dia, ou seja, ampliou-se a jornada escolar, complementando-se o turno regular com oficinas de aprendizagens e atividades culturais e esportivas.

No tocante a adesão das escolas ao Programa, é formalizada através do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle - SIMEC, via Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE-Web, com o preenchimento de um plano de trabalho individual, pelas escolas, contendo as atividades de interesse e o número de alunos participantes em cada atividade. Após o preenchimento dos planos, estes são enviados a Secretaria Municipal de Educação – SME para validação e encaminhamento ao Ministério da Educação - MEC para análise e aprovação, e deste, encaminhado ao Fundo de Desenvolvimento da Educação – FNDE para liberação dos recursos necessários a sua realização.

O apoio financeiro da Educação Integral destina-se às escolas públicas das redes Municipais, Estaduais e do Distrito Federal, com alunos no ensino fundamental conforme os critérios definidos no Manual de Educação Integral 2012 e na Resolução PDDE do Programa Mais Educação e Programa Escola Aberta 2012.

O Manual de Orientação para Execução do PDDE/Educação Integral indica que os recursos disponibilizados pelo Programa são destinados: a) ao ressarcimento de despesas com transporte e alimentação dos monitores responsáveis pelo desenvolvimento das oficinas selecionadas, b) a compra dos kits de cada oficina e C) a pequenos serviços e reparos na escola, especialmente nos locais onde serão realizadas as atividades.

O montante de recursos destinados a cada escola será repassado por intermédio do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE/Educação Integral, para conta corrente em nome da Unidade Executora Própria - UEX representativa da unidade escolar, liberado em uma só parcela, considerando as necessidades de 10 (dez) meses letivos para realização das atividades.

Conforme critérios definidos no referido Manual, em 2012 cada escola deverá inscrever no mínimo 100 alunos (que poderão participar de todas as atividades). As turmas deverão ser formadas obedecendo o quantitativo de 30 alunos/sala, podendo, cada turma contemplar alunos de idades e anos diferenciados.

O número de escolas e alunos atendidos pelo Programa Mais Educação, por ano, desde a sua implementação na rede municipal de ensino da cidade de Natal/RN, está no quadro a seguir.

<b>ANO</b>	<b>N ° ESCOLAS</b>	<b>ALUNOS ATENDIDOS</b>
2008	17	3.727
2009	26	3.210
2010	8	1.278
2011	-	-
2012	2	300
<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>8.515</b>

Quadro 1: Programa Mais Educação – quantitativo de alunos participantes/ano.

Fonte: SME (2012).

Como sugestão, o Programa recomenda que todas as Secretarias de Educação estabeleçam critérios claros e transparentes para a seleção dos alunos participantes, tais como:

- ✓ alunos que apresentam defasagem série/idade, em virtude de dificuldades de ensino e de aprendizagem;
- ✓ alunos das séries finais da 1ª fase do ensino fundamental, quando existe maior evasão de alunos na transição para a 2ª fase;
- ✓ alunos das séries finais da 2ª fase do ensino fundamental, quando existe alto índice de abandono após a conclusão;
- ✓ e alunos das séries em que são detectados índices de evasão e/ou repetência, e assim sucessivamente.

No tocante as oficinas, são divididas em 10 macrocampos distintos, quais sejam: Acompanhamento Pedagógico, Educação Ambiental, Esporte e Lazer, Direitos Humanos em Educação, Cultura e Artes, Promoção da Saúde, Comunicação e Uso de Mídias, Investigação no Campo das Ciências da Natureza e educação econômica. Cada macrocampo é composto por uma série de atividades, podendo, cada escola, optar por inscrever 5 atividades do mínimo e 6 no máximo. As oficinas escolhidas deverão contemplar pelo menos três ou quatro macrocampos distintos, sendo obrigatória a inclusão de pelo menos uma das oficinas constantes do macrocampo Apoio Pedagógico (letramento, matemática, história, geografia, inglês, ciências); bem como a participação de todos os alunos inscritos na referida oficina.

A perspectiva pedagógica que norteia as atividades de jornada ampliada constitui um trabalho articulado com o Projeto Político Pedagógico das escolas, contribuindo, assim, para a melhoria da aprendizagem a partir da expansão do desenvolvimento das potencialidades dos alunos. Desse modo, todas as atividades propostas nos macrocampos acima mencionados, compõem um currículo cujo foco é a aprendizagem escolar da criança e do adolescente do Ensino Fundamental e médio.

O Programa possui um coordenador no órgão central – SME – e em cada escola, considerado professor comunitário. Este profissional precisa ser do quadro de professores da rede e estar lotado na escola participante do Programa, cabendo a Secretaria Municipal de Educação os custos dessa coordenação. Cabe ao coordenador:

- ✓ Desenvolver, sistematizar e mediar as relações entre a escola e a comunidade;
- ✓ Formular um projeto de educação integral com foco nos desafios e vocações locais, em conjunto com as diversas forças atuantes nos territórios e
- ✓ Planejar e acompanhar as atividades desenvolvidas.

Os monitores, responsáveis pela realização das oficinas, deverão ser, preferencialmente, estudantes universitários de formação específica nas áreas de desenvolvimento das atividades ou com habilidades específicas, como instrutor de judô, mestre de capoeira, contador de histórias comunitário, dentre outras. Cabe ao monitor:

- ✓ Pensar na metodologia que pretende desenvolver.
- ✓ Pensar sua estratégia de ação a partir das relações com os saberes locais.
- ✓ Relacionar as áreas dos currículos que se relacionam diretamente com o trabalho proposto.
- ✓ Relacionar os Saberes Escolares que pretende abordar.
- ✓ Ministras oficinas pedagógicas com atividades significativas de aprendizagem e foco no desenvolvimento das competências e habilidades dos alunos e sua inclusão social.

Considerando os professores como elemento central em qualquer política que vise melhorar a qualidade da educação, desde o ano de 2010, a SME oferece Formação Continuada para os monitores e coordenadores que atuam no Programa. A Formação é realizada por técnicos da própria Secretaria e contempla apenas os macrocampos escolhidos pelas escolas: Apoio Pedagógico, Esporte e Lazer; Cultura e Artes e Meio Ambiente.

Além dessa formação, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em parceria com o MEC, também realizou em 2011 um Curso de Formação Continuada destinado aos coordenadores do Programa na escola e aos técnicos da SME, responsáveis pelo Programa na referida Secretaria.

É sabido que a mudança em educação demanda tempo, mas, passados quase quatro anos da implementação do Programa Mais Educação nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Natal - RN, já se pode fazer uma análise preliminar dos resultados apresentados. Partindo-se do resultado do IDEB (2009), foram analisadas as 17 primeiras escolas que aderiram ao Programa, em 2008, portanto, com mais de três anos da oferta de atividades no contraturno, considerando que as escolas foram inscritas nesse ano, mas os recursos chegaram apenas ao final do ano, de modo que começaram as atividades, efetivamente, em 2009.

Pode-se perceber que a qualidade da educação na Rede Municipal de Ensino de Natal ainda vai mal. E aí cabe indagar: O Programa Mais Educação tem contribuído para a melhoria da aprendizagem? Quais os problemas na implementação do Programa? É possível, tendo em vista o pouco tempo de atuação do Programa, realizar uma avaliação? O parâmetro avaliativo não tem sido suficiente para dar conta das mudanças? Essas e outras indagações precisam de respostas urgentes sob pena do Brasil, e Natal/RN em particular, não conseguir formar o cidadão que a sociedade do século XXI requer.

Acreditamos na necessidade de investimento em Educação Integral no Brasil, em educação de qualidade, da mesma forma que em pesquisas para investigar o que tem dado certo e/ou errado em programas dessa natureza, pois, entre outros fatores, o novo Plano Nacional de Educação (PNE), para o decênio 2011/2020, a ser aprovado pelo Congresso Nacional, tem como uma de suas metas “oferecer educação em tempo integral em 50% das escolas públicas de educação básica” por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e interdisciplinares, de forma que o tempo de permanência das crianças, adolescentes e jovens na escola ou sob sua responsabilidade passe a ser igual ou superior a sete horas diárias durante todo o ano letivo.

O pensamento “educar integralmente”, pressupõe a construção de uma nova identidade nos espaços educacionais, uma nova forma de ver, sentir e agir dos educadores sobre o educar; requer, ainda um fazer pedagógico que extrapole os muros escolares, pois não há como falar de “outras aprendizagens”, sem considerar as vivências, as relações sociais que aluno estabelece fora da escola. Necessário se faz, considerar a ampliação do tempo, que, até então, vem atendendo à necessidade do currículo básico, mas, também e sobretudo, dos espaços onde essas aprendizagens serão desenvolvidas.

Não dá mais para dizer que a escola é o único espaço de aprendizagem. É um espaço privilegiado, importantíssimo, inclusive para nossa realidade, mas ele tem de ser compartilhado com outros espaços de aprendizagem. E mais: entender que o cidadão de hoje busca mais aprendizagens do que ensino. Isso parece um jogo de palavras, mas tem uma diferença aí que é preciso levar em conta (CARVALHO, 2006, p. 39).

Para tanto, torna-se de fundamental importância que a integração dos conhecimentos adquiridos na escola com as atividades realizadas em contraturno aconteça de forma articulada, permitindo que todos os atores sociais envolvidos atuem em parceria intra e extramuros escolares, monitorando o trabalho realizado e trocando ideias para que melhores resultados possam ser alcançados.

Portanto, a Educação Integral deve estar inscrita no amplo campo das políticas sociais, mas não pode perder de vista sua especificidade em relação às políticas educacionais dirigidas às crianças, aos jovens e aos adultos, atendendo a um complexo e estruturado conjunto de disposições legais em vigor no país.

Torna-se clara, a necessidade e a obrigação de o Estado elaborar políticas públicas capazes de orientar as ações educativas do ensino obrigatório, de forma a adequá-lo aos ideais democráticos e à busca da melhoria da qualidade do ensino nas escolas brasileiras.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo Escolar da Educação Básica, 2007.

\_\_\_\_\_. **Manual de Educação integral para obtenção de apoio financeiro através do programa dinheiro direto na escola.** Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD/MEC. 2011.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **O lugar da educação integral na política social.** In: Cadernos CENPEC: educação, cultura e ação comunitária, n. 2, p.7-13, 2006.

GUARÁ, Isa Maria F. Rosa. **É imprescindível educar integralmente.** Cadernos CENPEC. São Paulo: CENPEC, p.15-24, 2006.

MOLL, Jaqueline. **A cidade educadora como possibilidade:** apontamentos. In: CONZATTI, Marli; FLORES, Maria Luisa Rodrigues; TOLEDO, Lesli (Orgs.). Cidade Educadora: a experiência de Porto Alegre. São Paulo: Cortez, p. 39-46. 2004.

NATAL. **Referenciais Curriculares Básicos:** Ensino Fundamental. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos. Natal, RN, 2008.

RIBEIRO, Darcy. **A educação e a prática.** Revista Carta: falas, reflexão, memórias. Brasília: Senado Federal, n. 15, 1995.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação para a democracia.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.